

**O GESTOR ESCOLAR FRENTE AOS DESAFIOS DA ESCOLARIZAÇÃO DOS
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

***EL DIRECTOR DE LA ESCUELA ANTE LOS RETOS DE LA ESCOLARIZACIÓN DE
LOS ALUMNOS CON DISCAPACIDAD VISUAL***

***THE SCHOOL MANAGER FACING THE CHALLENGES OF THE SCHOOLING OF
STUDENTS WITH VISUAL IMPAIRMENT***



Patrícia Teixeira Moschen LIEVORE
e-mail: profpatriciamoschen@gmail.com



Douglas Christian Ferrari de MELO
e-mail: dochris.ferrari@gmail.com

Como referenciar este artigo:

LIEVORE, P. T. M.; MELO, D. C. F. O gestor escolar frente aos desafios da escolarização dos alunos com deficiência visual. **Rev. Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 00, e023022, 2023. e-ISSN: 2237-258X. DOI: <https://doi.org/10.30612/eduf.v13i00.17629>



| Submetido em: 21/07/2023
| Revisões requeridas em: 05/10/2023
| Aprovado em: 13/11/2023
| Publicado em: 22/12/2023

Editor: Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

RESUMO: O presente *artigo* é a apresentação dos resultados da análise de dados da dissertação de Mestrado “*O gestor escolar frente aos desafios da escolarização dos alunos com deficiência visual*”, cujo objeto foi analisar a importância da atuação do gestor escolar na articulação das políticas públicas educacionais direcionadas aos estudantes com deficiência visual, investigando os desafios e mostrando algumas possibilidades. A metodologia escolhida para a realização da pesquisa foi a Etnografia. Os sujeitos desta pesquisa foram os gestores escolares de duas escolas do município de Colatina (ES), sendo uma escola estadual e outra municipal. Para se chegar aos resultados pretendidos, foram utilizados os instrumentos: observação participante e entrevistas semiestruturadas. Como resultado, foi possível observar que os gestores escolares enfrentam muito desafios para a escolarização dos alunos com deficiência visual, entretanto a maior dificuldade, diz respeito à formação dos professores e dos próprios gestores escolares e a Gestão Democrática é muito importante para o processo de escolarização dos alunos público da Educação Especial.

PALAVRAS-CHAVE: Administração Escolar. Educação Especial. Formação dos Profissionais de Educação e Políticas Públicas.

RESUMEN: *En este artículo se presentan los resultados del análisis de datos de la tesis de maestría "El gestor escolar frente a los retos de la escolarización de estudiantes con discapacidad visual", cuyo objetivo fue analizar la importancia del rol del gestor escolar en la articulación de políticas educativas públicas dirigidas a estudiantes con discapacidad visual, indagando en los retos y mostrando algunas posibilidades. La metodología elegida para llevar a cabo la investigación fue la Etnografía. Los sujetos de esta investigación fueron los directores escolares de dos escuelas del municipio de Colatina (ES), una escuela estatal y una escuela municipal. Para alcanzar los resultados deseados, se utilizaron los siguientes instrumentos: observación participante y entrevistas semiestructuradas. Como resultado, se pudo observar que los directivos escolares enfrentan muchos desafíos para la escolarización de los estudiantes con discapacidad visual, sin embargo, la mayor dificultad se refiere a la formación de los propios docentes y directivos escolares y la Gestión Democrática es muy importante para el proceso de escolarización de los estudiantes públicos de Educación Especial.*

PALABRAS CLAVE: Administración Escolar. Educación Especial. Formación de Profesionales de la Educación y Políticas Públicas.

ABSTRACT: *This article presents the results of the data analysis of the Master's dissertation "The School Manager Facing the Challenges of the Schooling of Students with visual impairment", whose objective was to analyze the importance of the role of the school manager in the articulation of public educational policies aimed at students with visual impairment, investigating the challenges and showing some possibilities. The methodology chosen to carry out the research was Ethnography. The subjects of this research were the school managers of two schools in the municipality of Colatina (ES), one a state school and one a municipal school. The following instruments were used to reach the desired results: participant observation and semi-structured interviews. As a result, it was possible to observe that school managers face many challenges for the schooling of students with visual impairment, however the greatest difficulty concerns the training of teachers and school managers themselves and Democratic Management is very important for the schooling process of public students of Special Education.*

KEYWORDS: *School Administration. Special Education. Training of Education Professionals and Public Policies.*

Introdução

No contexto da educação pública brasileira, marcada pela precarização, lutas e esperanças, destacamos a figura do gestor escolar, como uma liderança capaz de mobilizar a comunidade escolar através do seu conhecimento a respeito das políticas públicas educacionais. Ao problematizarmos ainda mais a importância dessa atuação, destacamos o trabalho pedagógico desse ator na escolarização e o acesso ao conhecimento dos alunos com deficiência visual, público que demanda recursos, práticas inclusivas e materiais específicos a sua acuidade visual.

Nesse sentido, a reflexão que faremos sobre a atuação no gestor escolar no processo de escolarização dos alunos com deficiência visual está relacionada a uma concepção social da deficiência, que “a tarefa da educação consiste em introduzir a criança cega na vida e a criar a compensação de sua insuficiência física. A tarefa é conseguir que a alteração da ligação social com a vida se conduza por outro caminho” (VIGOTSKI, 2021, p. 30).

Defendemos em nossas reflexões que o aluno com deficiência visual é capaz de aprender, como os demais alunos, através dos caminhos alternativos. Ressaltando que, para que esse aluno possa ter acesso ao conteúdo, é necessário que sejam realizadas ampliações e delimitações de caminhos alternativos que garantam o acesso dele estudante aos conhecimentos transmitidos pela escola. É nesse contexto é que o trabalho do gestor se mostra tão importante,

como um ator capaz de impulsionar práticas inclusivas e envolver a comunidade escolar nesse processo.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar a importância da atuação do gestor escolar na articulação das políticas públicas educacionais direcionadas aos estudantes com deficiência visual, investigando os desafios e mostrando algumas possibilidades. Organizamos o texto de maneira que, primeiramente, apresentamos ao leitor o percurso metodológico utilizado na pesquisa, em seguida, descrevemos as análises da observação participante e entrevistas semiestruturadas realizadas com as duas gestoras escolares, logo após, apresentamos a análise que realizamos dos documentos das escolas analisadas.

Os caminhos da pesquisa

Para compreendermos o cotidiano, bem como os desafios que os gestores escolares enfrentam, é necessário um olhar mais de perto, estar inserido na realidade. Para Bogdan e Biklen (1994, p. 48) “os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudos porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no ambiente habitual de ocorrência.”

Para tanto, faz-se necessário um olhar mais atento, mais sensível a esse cotidiano tão complexo, que é o interior de uma escola pública, sendo o foco da pesquisa a descrição das práticas, desafios e caminhos adotados pelos gestores escolares no processo de escolarização dos alunos com deficiência visual. Dessa forma, utilizamos uma abordagem qualitativa do tipo etnográfica, uma vez que “a etnografia é também vista como mais rica em detalhes do que outros tipos de pesquisas, com mais possibilidades de revelar implicações que possam ser usadas para melhorar a educação” (MOREIRA; CALEFFE, 2008, p. 89).

O pesquisador etnógrafo não pesquisa somente a escola, mas pesquisa “na escola” e, para chegar aos resultados, nesse sentido, a pesquisa aconteceu em duas escolas públicas da cidade de Colatina, uma da rede municipal e outra da rede estadual de educação. Um critério utilizado para a escolha das escolas foi o fato de terem matriculados alunos com deficiência visual. Foram utilizados os seguintes instrumentos: a observação participante e entrevistas semiestruturadas, gravadas em forma de áudio e transcritas posteriormente.

Optamos por utilizar entrevistas semiestruturadas a fim de partir de um protocolo que inclui os temas que serão discutidos, mas, ao mesmo tempo, o entrevistador ficou livre para deixar que os entrevistados desenvolvessem as questões da maneira que eles quisessem. Além

das entrevistas, realizamos uma pesquisa documental dos Projetos Políticos-Pedagógicos das duas instituições, com o objetivo de analisar possíveis ações institucionais como, por exemplo: formações, atividades e currículos que contemplassem as demandas advindas do processo escolarização dos estudantes com deficiência visual.

Como o estudo envolveu entrevistas com gestoras escolares, a proposta de pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Espírito Santo (Parecer n.º 4.212.495), neste sentido, mantivemos em sigilo o nome das escolas e dos participantes envolvidos na pesquisa, garantindo um local reservado para a realização das entrevistas e liberdade aos entrevistados em não responder questões constrangedoras, procedendo de maneira ética e discreta durante a coleta de dados.

A fim de auxiliar na análise de dados, recorremos à concepção de educação do teórico italiano Antonio Gramsci (1999; 2001), que a apresenta como o meio de formar os intelectuais das classes subalternas, a fim de atuarem na transformação da sociedade. Para tanto, Gramsci faz uma crítica aos modelos de educação da sua época, baseados em um ensino dogmático, mais voltado para a formação profissional, do que intelectual, dos discentes.

Nessa mesma perspectiva, utilizamos a concepção da função do gestor escolar no processo educativo de Vitor Paro (2008; 2015) e Saviani (2000), a fim de sustentar as nossas reflexões sobre a importância desse profissional no ambiente escolar, como uma liderança capaz de mobilizar a comunidade para a sua participação no processo educativo, a fim de construir uma educação para emancipação humana de todos os alunos.

O olhar e a escuta sensível das gestoras escolares

Assim como nos diz André (1995), a etnografia nos possibilita “documentar o não-documentado”. Através de um olhar sensível, podemos vivenciar e sentir de fato os anseios e vivências dos sujeitos envolvidos. A entrevista semiestruturada foi um momento ímpar para ouvir e colocar-se no lugar dos gestores envolvidos.

Durante a entrevista, ao ser questionada sobre sua formação a respeito dos recursos federais oriundos da Educação Especial, destinados à escola, a gestora da escola estadual afirmou que nunca havia participado de uma formação a respeito desses recursos e programas federais. Já a gestora da escola municipal respondeu que a formação que antecedeu o processo eleitoral de diretores, “trabalhou com a questão da verba federal” (Gestora da Escola Municipal). Entretanto, segundo a gestora:

Eu não lembro de ter sido específico não, essa relação verba e Educação Especial. Eu acho que não tinha, é eu acho que foi no âmbito mais geral assim, não foi nesse âmbito tão específico. O meu conhecimento da Educação Especial eu tenho, porque tenho uma pós-graduação em Educação Especial (Gestora da Escola Municipal).

Sendo assim, é notório que, embora exista uma formação para os futuros gestores, não é capaz de atender às demandas da Educação Especial. A gestora da escola estadual, em entrevista, respondeu que a única formação que realizou, com relação à Educação Especial, foi um cursinho de Práticas Pedagógicas voltado para Educação Especial, porém, o curso não foi oferecido pela rede de ensino e sim feito por interesse da gestora e ofertado por uma empresa privada de educação. Ao ser questionada sobre a sua concepção da importância da Educação Especial, numa perspectiva inclusiva, respondeu que:

[...] a Educação Inclusiva é uma necessidade né, todos nós estamos sujeitos a...hoje estamos aptos e amanhã podemos passar por uma doença, um acidente e podemos ficar portadores de necessidades especiais né? E...nós temos filhos, sobrinhos que também estão sujeitos a isso. Então é uma necessidade, agora...tem muita coisa a avançar em termos de incluir, principalmente no tocante da formação de professor, né...na questão da própria reforma da...dos cursos superiores de licenciaturas, que eu ainda acho que está assim...eu praticamente não tive, na minha formação nada voltado pra esse público e eu não acredito que ao longo dos anos tenha tido algum avanço nos cursos superiores e licenciaturas não. Formando professor, porque eu vejo assim uma galera nova chegando e quando recebe, por exemplo, um aluno que nós temos com Síndrome de Down, ele não tem jeito nenhum para lidar com essa turma né...ele fica totalmente dependente de ter outra pessoa na sala, sozinho ele não consegue conduzir essa diversidade não. Ele não sabe como adaptar os materiais, adaptar a sua aula, é uma realidade, não só para escola públicas, mas para todas, a escola tem que melhorar muito. A inclusão de fato, ela não acontece (Gestora da Escola Estadual).

A formação do gestor escolar e, até mesmo do professor, no que diz respeito à Educação Especial, é um desafio e uma necessidade evidente na resposta da gestora, que a considera como o maior dificultador para o processo de escolarização dos alunos com deficiência. A problemática dos cursos de licenciatura levantada pela gestora é confirmada na pesquisa de Caetano *et al.* (2018), que constatou que a disciplina de Educação Especial no curso de Pedagogia da UFES ainda parece ser utilizada para introduzir outros conhecimentos como Inclusão Escolar, diferenças e diversidade na escola e não é trabalhado a prática pedagógica necessária para o trabalho com esse público-alvo.

Entretanto, vale ressaltar o esforço das gestoras em “formar-se”, compreendendo assim essa necessidade e a função do gestor escolar, que não é apenas um administrador, mas um educador, que deve assim estar comprometido com a transformação da realidade dos alunos, assim como nos diz Paro (2015). Quando nos referimos à Educação Especial, essa transformação é ainda mais urgente, pois esse público, há tempos, vem tendo seus direitos suprimidos. Nessa mesma perspectiva, ao questionar sobre a sua função no processo de escolarização dos alunos com deficiência visual, a gestora da escola municipal afirmou que:

A função do diretor é exatamente isso aí, mobilizar as pessoas que acompanham esse aluno da Educação Especial. Ai quando a gente fala em mobilizar, ai entra a família, entra o professora, a equipe gestora da escola, os funcionários da escola. Então todos são mobilizados para melhor atender essa criança, dentro as suas especificidade (Gestora da Escola Municipal).

Podemos observar a mesma preocupação e envolvimento na resposta da gestora da escola estadual, que relatou sobre a sua postura diante da escolarização dos alunos com deficiência visual enquanto atuava como professora e, depois, como gestora escolar na mesma unidade de ensino, dizendo

Então eu estou sempre em acompanhamento, eu os vejo na sala de aula, eu os vejo no corredor, converso. Quando eu vou na sala e percebo que tem um que está meio disperso, eu falo: olha esse aqui tem que sentar mais na frente- sem expor na verdade o que ele tem, mas eu sempre sinalizo quem é, chamo no canto para conversar, mas a princípio, que eu acho primordial, é o professor da Educação Especial estar fazendo o colaborativo na sala e o atendimento individualizado depois ali e garantindo o que é direito dele, o material adaptado. Eu enquanto gestora, eu cuido disso aí (Gestora da Escola Estadual).

É possível perceber o envolvimento e entendimento da gestora em relação à necessidade desse acompanhamento e suporte à equipe escolar, a fim de que tenham os recursos e apoio necessário para promover a aprendizagem dos alunos com deficiência. Outro ponto que merece destaque, é o seu entendimento do direito legal dos alunos com deficiência terem acesso a uma educação que atenda às suas especificidades para aprender. A gestora ainda apontou as suas maiores dificuldades, no que diz respeito à escolarização dos alunos com deficiência visual. Segue abaixo o trecho da entrevista que conversamos um pouco sobre essas dificuldades:

Gestora da Escola Estadual: Então, a nossa aluna que tem deficiência visual, eu sinto falta pra ela aqui da assistência. Como é uma aluna só, ela é acompanhada 10 horas. Dez horas para uma escola de 40. Ela fica muito

tempo desassistida. Por mais que ela não tenha a cegueira cem por cento, ela ainda tem deficiência física, então assim, uma pessoa leitora junto com ela o tempo todo, seria muito melhor.

O relato da gestora da escola estadual deixa evidente as dificuldades que os alunos com deficiência visual enfrentam para estudar. Um ponto a observar é em relação ao acompanhamento da aluna com deficiência visual, que para uma carga horária semanal de 40 horas, é pouco, considerando às especificidades para a sua aprendizagem, que dizem respeito à produção de materiais concretos para serem utilizados nas aulas e às avaliações que, mesmo com uma ampliação das letras, a aluna precisa de alguém que descreva para ela as imagens, gráficos, etc.

Coadunando com Gramsci (2001), a formação de professores é de grande importância para o ensino ser significativo para o aluno e para o professor ter propriedade do que está ensinando, pois sem formação, faltarão no corpo docente e na escola a “corposidade material” para ensinar (GRAMSCI, 2001, p. 44).

Mais uma vez, nota-se a ausência de políticas públicas educacionais direcionadas aos alunos com deficiência visual. Políticas que assegurem capacitação para os professores e, possivelmente, um tempo adicional de planejamento para que estes tenham condições adequadas de produzir materiais, elaborar avaliações e atividades que os alunos possam desenvolver independentemente, além de garantir o acesso dos alunos a equipamentos que lhes permitam acompanhar as aulas.

O respeito e a solidariedade demonstrados pelos alunos ao auxiliar os colegas com deficiência visual foram aspectos destacados ao longo de toda a pesquisa. Sempre que observados, os alunos com deficiência visual estavam cercados por amigos, os quais frequentemente lembravam os professores de descrever imagens e aproximá-las para facilitar a compreensão dos alunos, ajudando-os da melhor forma possível para que pudessem acompanhar as aulas.

Analisando os documentos oficiais das escolas

Ao se analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Escola Municipal, foi possível identificar, na parte inicial, que o educando tem o direito de aprender e para isso, na visão da escola, os contextos de aprendizagens devem estar adequados às necessidades e expectativas do educando. Colocando a promoção da aprendizagem, da cooperação e da solidariedade, como condições de superação dos fatores de exclusão (COLATINA, 2017a).

Coadunando com Cury (2002), todo sujeito tem o direito de se apossar do legado da educação a fim de que possa ter condições de participar ativamente da sociedade. Para tanto, é necessário que o ambiente escolar seja propício a fim de garantir a aprendizagem de todos os alunos. E, quando dizemos “todos”, nos referimos também aos alunos público-alvo da Educação Especial que, muito mais que cooperação e solidariedade, necessitam de ter o direito de aprender, direito que é intrínseco a todo sujeito, garantido, não por piedade, mas por direito garantido na lei. Dessa forma, para que a exclusão seja vencida, é necessário que a legislação seja cumprida.

A razão de ser e existir da escola são os alunos, assim como nos diz Paro (2015), o fazer pedagógico, ou o processo de ensino-aprendizagem é que dará razão ao fazer administrativo. Antes de tudo, o gestor escolar deve ser um educador, empenhado em garantir que todo o alunado tenha acesso a uma educação emancipadora.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da escola aborda essa questão, delineando como objetivo a formação de cidadãos participativos, críticos, democráticos e emancipatórios, dotados de princípios éticos, políticos e estéticos, e conscientes de seus direitos e deveres. O documento ainda acrescenta que a escola acolhe diferentes saberes e diversidade por meio das relações intersubjetivas, fundamentadas no princípio emancipador (COLATINA, 2017a).

Assim como Gramsci (2001) nos apresenta, a educação, mais que conteúdos, deve oferecer dignidade aos estudantes, servindo como instrumento de emancipação, servindo como ferramenta para a transformação da sociedade. Esse processo de emancipação humana deve ser pensado e planejado pela escola a fim de que contemple os alunos com deficiência cujo processo de escolarização, muitas vezes, é reduzido à promoção da sua socialização com os demais alunos. O documento da escola ainda nos apresenta como missão educacional, garantir uma educação humanizada por meio da Gestão Democrática e uma visão educacional fundamentada na gestão participativa, levando o educando a agir como um sujeito transformador na sociedade (COLATINA, 2017a).

Avançando mais nas análises, na parte do documento que diz respeito aos objetivos institucionais, vale o destaque para o objetivo de “garantir o acesso e a integração da criança com necessidades especiais no processo de aprendizagem, valorizando a diversidade como característica da comunidade escolar” (COLATINA, 2017a).

O termo “necessidades especiais” não vem sendo mais utilizado quando falamos de Educação Especial, justamente pela amplitude a que se refere. Quem são os alunos com

necessidades especiais? Poderemos incluir nesse grupo alunos com dificuldade de aprendizagem, distúrbios neurológicos, problemas psicológicos, enfim, uma infinidade de públicos.

Entretanto, ao nos referirmos aos alunos destinatários da Educação Especial, estamos falando dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, conforme definido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em vigor desde 2008 (BRASIL, 2008).

Vale ressaltar que, durante a pesquisa, foi notória, entre a equipe escolar, a dificuldade em distinguir quais alunos compõem esse público-alvo. E essa identidade é importante, até mesmo para entender as políticas educacionais voltadas para a Educação Especial, para que a escola planeje e trace as suas estratégias para atendê-los. Vale ainda destacar que entre os objetivos institucionais, nenhum dizia respeito aos alunos com deficiência visual, embora a escola atenda a esse público-alvo e, para a sua escolarização, necessita de recursos e estratégias específicos.

Ao analisar o tópico sobre a promoção do acesso e a permanência, identificamos a seguinte estratégia: “oportunizar a participação dos estudantes com necessidades especiais em apresentações na escola” (COLATINA, 2017a). Mais uma vez não encontramos nada específico que se referia aos alunos com deficiência visual e o termo “necessidades especiais” deixou a estratégia um pouco genérica.

Além disso, embora seja crucial a participação dos estudantes destinatários da Educação Especial em todos os eventos escolares, assegurar seu acesso, permanência e, principalmente, aprendizado demanda uma gama mais ampla de ações. Conforme destacado por Borges (2016), o processo de escolarização dos alunos com deficiência exige a implementação de práticas emancipatórias, bem como o respeito e a valorização da diversidade.

O tópico 2.11 nomeado como “Políticas de Educação Inclusiva” traz um apanhado das políticas e ações adotadas pela rede municipal de ensino, dentre elas, a defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, ressaltando os direitos humanos e a promoção da cidadania. O tópico ainda prioriza a adoção de recursos e apoio especializado, as parcerias Inter setoriais, destacando a importância da equipe multifuncional do município, formada a partir de 2007, para trabalhar com os alunos com deficiência e seus familiares.

Vale ressaltar o destaque dado ao atendimento clínico em relação ao pedagógico ao longo de todo o tópico. A equipe multiprofissional, por diversos motivos, como a escassez de recursos e de pessoal especializado, tem se limitado a realizar a “triagem” dos alunos

encaminhados pelas escolas com dificuldades de aprendizagem ou suspeitas de alguma deficiência, a fim de encaminhá-los a especialistas para obtenção de um laudo médico.

O documento também aborda políticas de atendimento aos estudantes, enumerando mecanismos para estimular o acesso e a permanência dos alunos público-alvo da Educação Especial. Entre as estratégias, estão a adequação física da instituição, a formação da equipe escolar, parcerias com instituições especializadas e com a equipe multifuncional do município, além da ampliação do currículo.

Ao voltarmos o nosso olhar para os documentos da Escola Estadual, foi possível observar que a escola não tinha o PDI pronto, estava em construção, dessa forma, fizemos uma análise do Projeto Político-Pedagógico da instituição. O primeiro ponto que chamou a nossa atenção foi o que se referia às concepções pedagógicas da instituição. Ele diz que “O mercado precisa de indivíduos preparados, capazes de desempenhar tipos de atividades e tarefas que definem as novas formas de trabalho. Dar conta desse papel é desafiador para a escola” (COLATINA, 2017b, n.p.).

A razão de existir e do trabalho da escola, que deve ser o de promover a emancipação humana dos seus estudantes. Coadunando com Gramsci (2001), a escola deve equilibrar a formação da capacidade para o trabalho manual e o trabalho intelectual, pois a escola é o instrumento para formar os intelectuais. Problematizando ainda mais essa reflexão, como ficariam os alunos público-alvo da Educação Especial em uma escola que trabalha para atender às exigências do mercado? É difícil responder a esse questionamento, pois o mercado obedece a uma lógica capitalista e excludente.

Além disso, o PPP da escola fala sobre os preceitos filosóficos da instituição, afirma que se fundamenta na visão do homem como ser histórico que se realiza no mundo com possibilidades de aprender durante toda sua existência e com direito ao desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social (COLATINA, 2017b). Preceitos que se alinham com a concepção de educação de Gramsci (2001), que advoga por uma escola voltada para uma educação humanista. Esta abordagem não apenas transmite os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, mas também capacita os estudantes para a participação ativa na atividade social, após tê-los elevado a um ponto de capacidade para criação intelectual e prática.

No tópico do documento que trata da concepção de avaliação da instituição, e especificamente sobre os alunos público-alvo da Educação Especial, encontramos a seguinte afirmação:

Em qualquer nível de ensino, aos alunos amparados por legislação específica – enfermos, gestantes e/ou militares, alunos com necessidades especiais, fica garantido o direito especial, com formas alternativas de cumprimento da carga horária e das avaliações que atenda os mínimos exigidos pela proporção (COLATINA, 2017b, n.p.).

Entretanto, o documento não diz respeito sobre quais tipos de avaliações que podem ser oferecidas a esses estudantes, no intuito de enxergar a avaliação como um processo, que visa identificar os avanços dos alunos, bem como refletir sobre a sua própria prática. Um termo muito utilizado no documento e que despertou a nossa atenção, foi “qualidade”. Em vários momentos, o PPP trouxe ações que a escola desenvolve para garantir a qualidade do ensino. Dentre esses pontos, a instituição aponta os indicadores de qualidade, em que a ação do educador e da escola é ensinar e garantir o direito de aprender. O documento ainda afirma que a instituição tem o dever de ensinar ao educando a “lidar com a liberdade, estabelecendo limites” (COLATINA, 2017b, n.p.).

O documento ainda traz providências que a instituição deve adotar para melhoria da “qualidade” da educação” e, dentre elas, estão: estratégias de ensino diferenciado, inovadoras e criativas, recuperação dos conteúdos trabalhados, garantir o direito de aprender, envolver a família no processo ensino-aprendizagem, um planejamento eficiente, seguir as normas do Regimento Comum das escolas estaduais, elevar o desempenho acadêmico e combater a repetência (COLATINA, 2017b).

Destacamos que o termo “qualidade” é muito vago e, dependendo da forma como é utilizado e pensado, pode reforçar, ainda mais, a “razão mercantil” que, segundo Paro (2015), tem orientado as políticas públicas e ameaçado o direito à educação. A razão mercantil menospreza os fins educativos e as boas práticas educativas, reduzindo tudo a índices e aos interesses do mercado.

Dessa forma, a escola passa a trabalhar em prol de melhorar as notas dos alunos em avaliações externas, bem como diminuir os índices de reprovação para ocupar os primeiros lugares nos *rankings* nacionais. Deixa de lado o próprio aluno, que é um ser histórico-cultural, que possui conhecimentos que, muitas vezes, não podem ser medidos por avaliações padronizadas, que não levam em consideração a diversidade das realidades do alunado e que desconsideram todo o processo educativo construído pela escola para promover o conhecimento.

O PPP da escola estadual ainda apresenta um ponto intitulado de Política de Educação Inclusiva que cita os artigos 205, 206 e 208 da Constituição Federal, que dizem respeito ao

direito ao acesso à educação, o dever do Estado em promover e garantir esse direito, bem como dos valores que devem ser preconizados, como a igualdade. O documento ainda cita a Resolução CNE/CEB n.º 4, de 2 de outubro de 2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, já que a escola tem uma sala de AEE (COLATINA, 2017b). No que diz respeito às ações da escola para promover a escolarização dos alunos públicos da Educação Especial, o documento diz que

A escola promove uma educação de qualidade social, ou seja, uma educação de oportunidades de acesso e qualidade de ensino a todos os alunos, atentando aos educandos que apresentam deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (COLATINA, 2017b, n.p.).

Mais uma vez, o termo “qualidade” é utilizado, mas agora acompanhado da palavra “social” em que a escola explica que seria oportunizar a todos os alunos, inclusive os alunos públicos da Educação Especial, o acesso a um ensino de qualidade. Dessa forma, compreendo que um “ensino de qualidade” seja oportunizar o acesso aos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, que devem ser ofertados a todos os alunos, o que pressupõe uma não redução dos conteúdos do currículo a serem trabalhados com esses estudantes.

Tecendo considerações

A partir das entrevistas realizadas com as gestoras escolares, foi possível identificar que um dos principais fatores que dificultam a escolarização, não apenas dos alunos com deficiência visual, mas de todos os alunos do público da Educação Especial, está relacionado à falta de formação que ofereça suporte não apenas ao trabalho do professor, mas também à formação continuada dos gestores escolares no âmbito da Educação Especial. Durante as entrevistas, as gestoras mencionaram que as formações sobre Educação Especial das quais participaram não foram oferecidas pelas redes de ensino em que trabalham, mas sim por empresas e faculdades particulares, sendo custeadas pelas próprias gestoras.

Segundo as gestoras, a formação dos professores não atende às necessidades desses educandos no que diz respeito à ampliação de materiais, atendimento e produção de materiais concretos, que possam facilitar o processo de aprendizagem desses estudantes. Vale destacar ainda, que ao pesquisar as escolas, bem como as políticas públicas estaduais e do município de

Colatina, não foi possível identificar um programa ou mesmo uma política pública, em vigência, que contemple a formação de professores ou mesmo gestores escolares, no que diz respeito à Educação Especial.

Entretanto, vale destacar, a compreensão, por parte das gestoras escolares, do direito à educação dos alunos com deficiência visual, bem como da consciência de que precisamos avançar muito para garantir o seu acesso a uma educação com qualidade socialmente referenciada. Destaco, ainda, o envolvimento dessas profissionais no processo de ensino-aprendizagem desses alunos, bem como a sensibilidade aos problemas que enfrentam para terem acesso ao conhecimento.

A análise dos documentos oficiais das escolas permitiu constatar que a Gestão Democrática é de grande importância para o processo de escolarização dos alunos do público da Educação Especial. Cada estudante é considerado um ser histórico-cultural e, como tal, tem o direito de ter acesso aos conhecimentos construídos ao longo da história pela humanidade. Para garantir esse direito, que está assegurado pela legislação, é necessário que a escola adote práticas emancipatórias que envolvam toda a comunidade escolar.

Tais práticas são possíveis a partir de uma transformação profunda nas relações humanas na instituição de ensino, começando pela construção de um espaço democrático, de participação e de exercício da cidadania. Para tanto, destacamos o papel do gestor escolar como articulador desse processo de abertura à comunidade escolar e aos discentes.

Ressaltamos que, no estabelecimento de um percurso de pesquisa, parte-se do entendimento de que a temática aqui proposta não será esgotada. Há um longo caminho de militância e pesquisas a ser percorrido para que todos os alunos com deficiência visual possam ter o seu direito de aprender respeitado e garantido pelos sistemas e redes de ensino.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BORGES, T. C. B. **Deficiência visual: dificuldades e estratégias do professor no processo de inclusão escolar no ensino médio**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, SEE, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 30 jul. 2019.
- BRASIL. **Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009**. Dispõe sobre o diagnóstico e tratamento da dislexia e do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade na educação básica. Brasília, DF: MEC, 2009.
- CAETANO, A. M.; CAETANO, E. S.; ESTEVAM, M. K. D. C. A formação inicial do professor no curso de Pedagogia e a perspectiva de Inclusão Escolar de alunos com deficiência. In: CAETANO, A. M.; ALMEIDA, M. L. **Formação e Gestão em Educação Especial: a pesquisa-ação em foco**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018.
- COLATINA. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria da Luz Gotti**. Colatina, 2017a.
- COLATINA. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio**. Colatina, 2017b.
- CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, 2002. DOI: 10.1590/S0100-15742002000200010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/x6g8nsWJ4MSk6K58885J3jd/>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- LIEVORE, P. T. M. **O Gestor Escolar frente aos desafios da escolarização dos alunos com Deficiência Visual**. 2020. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2020.
- MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.
- PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. 15 ed. São Paulo Cortez, 2008.

PARO, V. H. **Diretor escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez Editora, 2015.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** 7 ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

VIGOTSKI, L. S. **Problemas da defectologia.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

Sobre os autores

Patrícia Teixeira Moschen LIEVORE

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória – ES – Brasil. Graduação em Pedagogia pela Universidade Universidade de Uberaba. Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação (UFES). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFES.

Douglas Christian Ferrari de MELO

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória – ES – Brasil. Graduação em Pedagogia (2017) pela Uniube e em História (2003) pela Ufes, Especialização (2004) e Mestrado (2007) em História pela Ufes. Doutor em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação pela Ufes.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Secretaria Municipal de Educação de Colatina (ES) e Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo.

Financiamento: Não aplicável.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Espírito Santo (Parecer em anexo).

Disponibilidade de dados e material: A dissertação completa com todos os dados encontra-se disponível no link: <https://educacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGMPE/detalhes-de-pessoal-discente?id=568022>.

Contribuições dos autores: Autor 1: realização a pesquisa e a coleta de dados, análise e interpretação de dados e redação do texto. Autor 2: orientação e organização da pesquisa e revisão do texto.

Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.
Correção, formatação, normalização e tradução.

